

Escravidão, trabalho e atraso

Tiago Cavalcanti

Valor, 06/05/2026

A inovação tecnológica não é neutra e pode ser direcionada para contornar restrições de fatores produtivos

História econômica é um campo de pesquisa fascinante. Um aspecto importante da minha formação como economista sempre foi o seu estudo, seja nas disciplinas da graduação e do doutorado, seja nas minhas horas de lazer. Há uma discussão sobre a redução do número de cadeiras obrigatórias no curso de economia da Universidade de Cambridge. Sou totalmente contra.

Na graduação na UFPE, tive ótimos cursos sobre a formação econômica do Brasil e do Nordeste com o professor Policarmo Lima. O livro que estudei sobre o Nordeste foi escrito pelo meu sogro, o professor Leonardo Guimarães Neto. A obra tem uma bela capa, com a foto de uma fazenda com escravos, provavelmente na zona da mata pernambucana. Em um contexto de forte interesse pelas raízes do atraso econômico regional, influenciado por trabalhos de Celso Furtado, como o documento GTDN de políticas públicas para o desenvolvimento regional, Leonardo Guimarães Neto analisa a trajetória do Nordeste, enfatizando suas relações comerciais com o mundo e com o restante do país.

Até meados do século 17, o Brasil apresentava níveis de renda per capita, comparáveis aos da Inglaterra e dos EUA

No meu doutorado na Universidade de Illinois, para onde fui a convite do professor Werner Baer, especializei-me em história econômica. Foi lá, em 2000, que assisti à palestra do então jovem economista do MIT, Daron Acemoglu, sobre como a mortalidade de europeus nas colônias moldou instituições e continua a influenciar o desenvolvimento. Confesso que, à época, apesar da criatividade ao explorar dados históricos, achei que a teoria não era propriamente inovadora. A distinção entre colônias de exploração e de povoamento já aparecia na literatura. Trabalhos como os de Stanley Engerman e Kenneth Sokoloff já enfatizavam como diferentes estruturas coloniais geraram trajetórias distintas nas Américas. Mas Acemoglu, com coautores, quantificou esses efeitos, contribuição que anos depois seria reconhecida com o Prêmio Nobel de Economia em 2024.

Com o professor Stephen Parente, participei de um grupo de leitura de história econômica. Lembro de ter lido “The Lever of Riches”, de Joel Mokyr, “The Rise and Decline of Nations”, de Mancur Olson, e “The Wealth and Poverty of Nations”, de David Landes. Três excelentes obras que procuram entender trajetórias heterogêneas de desenvolvimento. O trabalho de Mokyr também recebeu reconhecimento máximo ao lhe render o Prêmio Nobel de Economia em 2025. O próprio Parente, com Edward Prescott, laureado em 2004, escreveu “Barriers to Riches”.

Um dos desafios de escrever sobre história econômica e testar hipóteses é o acesso a dados confiáveis. Nosso primeiro censo demográfico foi realizado em 1872, registrando uma população de aproximadamente 9,9 milhões de habitantes, incluindo cerca de 1,5 milhão de escravos. Já os dados de contas nacionais só começaram a ser desenvolvidos nos anos 1930, com os trabalhos de Simon Kuznets, e foram posteriormente

aperfeiçoados pelo professor de Cambridge Richard Stone, sobretudo nos anos 1940, quando estruturou o sistema moderno de contas nacionais.

Para construir dados anteriores ao século XX, é preciso acessar arquivos comerciais, registros paroquiais e fazer hipóteses sobre representatividade e padrões de consumo. Foi assim que Guilherme Lambais e Nuno Palma construíram, no artigo “How a Nation Was Born: Brazilian Economic Growth”, 1574–1920, uma nova série de PIB per capita entre 1574 e 1920, quando antes havia estimativas apenas a partir de 1820. Na prática, essa reconstrução combina diferentes fontes, incluindo documentos públicos e registros das Santas Casas, como livros de contabilidade e recibos, que permitem construir séries de salários reais urbanos e inferir padrões de renda e custo de vida.

A nova série sugere que o Brasil apresentava níveis relativamente elevados de renda per capita até meados do século XVII, comparáveis aos da Inglaterra e dos Estados Unidos e superiores aos de Portugal e da Espanha. A partir de 1650 e até 1850, observa-se um longo período de declínio e estagnação, com episódios pontuais de crescimento que não alteraram essa trajetória. Trata-se de uma trajetória distinta da observada na Inglaterra e nos Estados Unidos, marcada por fortes ganhos de produtividade associados à Revolução Industrial. Só a partir de meados do século XIX surge um crescimento sustentado no Brasil, ainda assim modesto em comparação com as economias do Atlântico Norte.

Em 1920, a economia brasileira tinha um PIB per capita de aproximadamente 20% do PIB per capita americano. Hoje, esse valor é cerca de 25% do observado nos Estados Unidos. Ou seja, mesmo após mais de um século de transformação estrutural, com a transição de uma economia rural para urbana e o início do processo de industrialização, os ganhos de produtividade no país foram relativamente modestos quando comparados aos de diversas outras nações, como a Coreia do Sul ou o Chile, que conseguiram reduzir de forma significativa a distância em relação às economias mais desenvolvidas.

Uma possível interpretação desses resultados documentados por Lambais e Palma é que o fraco desempenho de longo prazo esteja intimamente ligado à estrutura escravista da economia. Como enfatiza Samuel Pessôa em resenha sobre o artigo, a oferta elástica de trabalho escravizado mantinha salários baixos e reduzia os incentivos ao progresso técnico, limitando a difusão de ganhos de produtividade. Nesse contexto, o crescimento só começa a aparecer quando a escravidão entra em declínio, com o fim do tráfico e, posteriormente, da própria instituição, sugerindo que o principal entrave ao desenvolvimento não era apenas a inserção externa ou a especialização produtiva, mas a própria organização do mercado de trabalho e da sociedade.

O passado traz experiências para o presente e para o futuro, inclusive para o debate sobre como a organização do trabalho e a escassez de fatores podem afetar a eficiência produtiva. Como mostram diversos trabalhos de Daron Acemoglu, que considero sua agenda de pesquisa mais original, a inovação tecnológica não é neutra e pode ser direcionada para contornar restrições de fatores produtivos.

Tiago Cavalcanti é professor Titular de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.